

**Fernanda Carvalho Góes**

**A TUTELA DA  
APARÊNCIA DE  
IMPARCIALIDADE NO  
DIREITO BRASILEIRO**

**Prefácio: Fredie Didier Jr.**

**2022**



1218538

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições Juspodivm

**Diagramação:** Equipe Juspodivm

**Capa:** Ana Caquetti

T966t A Tutela da Aparência de Imparcialidade no Direito Brasileiro / Fernanda  
Carvalho Góes – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.  
272 p. (Ensaios)

Bibliografia  
ISBN 978-65-5680-813-0.

1. Direito Processual Civil. I. Góes, Fernanda Carvalho. II. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados a Edições Juspodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições Juspodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

---

|  |    |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO .....  | 17 |
| 2. NATUREZA JURÍDICA E SEDE MATERIAL DA IMPARCIALIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO .....                          | 25 |
| 2.1. Introdução.....   | 25 |
| 2.2. Premissas para identificação da natureza jurídica da imparcialidade e de sua sede material .....                    | 32 |
| 2.2.1. A diferença entre texto e norma e a interpretação como o meio de se alcançar a norma .....                        | 32 |
| 2.2.2. A classificação das normas segundo Humberto Ávila: princípios, regras e postulados .....                          | 33 |
| 2.2.3. Princípios.....   | 38 |
| 2.2.3.1. A distinção entre valores e princípios..  | 38 |
| 2.2.3.2. Eficácia dos princípios de acordo com a teoria de Humberto Ávila .....  | 39 |
| 2.2.4. Direitos fundamentais.....  | 42 |
| 2.2.4.1. Fundamentalidade formal e material ..   | 42 |
| 2.2.4.2. Direitos fundamentais implícitos e direitos fundamentais decorrentes do regime e dos princípios da Constituição | 46 |

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| 2.2.4.3. | Direitos fundamentais sediados em tratados internacionais e o § 3º, art. 5º, CF/1988.....  | 48  |
| 2.2.4.4. | A dupla dimensão dos direitos fundamentais .....   | 49  |
| 2.2.4.5. | Distinção entre direitos e garantias .....   | 53  |
| 2.3.     | Construção doutrinária e jurisprudencial sobre a natureza jurídica e sede material da imparcialidade.....  | 54  |
| 2.3.1.   | Introdução ao tópico.....  | 54  |
| 2.3.2.   | Considerações introdutórias: a origem do instituto e a relação entre imparcialidade e jurisdição .....   | 55  |
| 2.3.3.   | Principais correntes doutrinárias sobre o tema....   | 61  |
| 2.3.4.   | Construção da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.....   | 73  |
| 2.4.     | Análise dos princípios e direitos fundamentais correlacionados à imparcialidade.....   | 75  |
| 2.4.1.   | Introdução ao tópico.....  | 75  |
| 2.4.2.   | O devido processo legal.....   | 75  |
| 2.4.3.   | O juiz natural.....  | 81  |
| 2.5.     | Delimitando a natureza jurídica da imparcialidade e sua sede material.....   | 88  |
| 2.5.1.   | A natureza jurídica da imparcialidade e sua sede material no ordenamento jurídico brasileiro .....   | 88  |
| 2.5.2.   | Efeitos jurídicos da norma fundamental da imparcialidade judicial .....  | 96  |
| 2.5.2.1. | O complexo de posições jurídicas criado pela norma fundamental da imparcialidade judicial.....   | 97  |
| 2.5.2.2. | Norma fundamental da imparcialidade como fundamento para criação e interpretação das normas infraconstitucionais a respeito da imparcialidade do juiz..... | 102 |
| 2.5.3.   | Conclusão.....   | 105 |

|  |     |
|--|-----|
| 3. O CONTEÚDO DA NORMA FUNDAMENTAL DA IMPARCIALIDADE JUDICIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: A TUTELA DA APARÊNCIA DE IMPARCIALIDADE..... | 107 |
| 3.1. Introdução.....   | 107 |
| 3.2. Estudos a respeito da arguição de parcialidade no Brasil e da imagem do poder judiciário.....   | 113 |
| 3.3. A aparência de imparcialidade no <i>Common Law</i> .....  | 121 |
| 3.3.1. A aparência de imparcialidade do juiz no sistema jurídico norte-americano .....   | 121 |
| 3.3.1.1. “Bias-in-fact test” vs “Appearance-of-bias test” .....  | 121 |
| 3.3.1.2. Os diferentes regimes de afastamento dos juízes até se chegar ao regime baseado na aparência de parcialidade.....                     | 130 |
| 3.3.1.3. O regime baseado na aparência de parcialidade .....   | 144 |
| 3.3.1.4. Críticas da doutrina norte-americana ao “Appearance-of-bias test” .....   | 148 |
| 3.3.2. A aparência de imparcialidade do juiz no sistema jurídico do Reino Unido .....  | 153 |
| 3.4. A aparência de imparcialidade no Direito Internacional....  | 156 |
| 3.4.1. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....   | 156 |
| 3.4.2. Os Princípios de Conduta Judicial de Bangalore.   | 161 |
| 3.4.3. O Código Ibero-americano de Ética Judicial .....  | 167 |
| 3.5. A aparência de imparcialidade na arbitragem .....   | 171 |
| 3.5.1. Introdução ao tópico.....   | 171 |
| 3.5.2. Imparcialidade e independência do árbitro .....   | 172 |
| 3.5.3. O dever de revelação e as “IBA Guidelines on Conflicts of Interest in International Arbitration” .....                                  | 176 |
| 3.5.4. O rol não taxativo de hipóteses de suspeição e impedimento do árbitro .....   | 183 |

|  |            |
|--|------------|
| 3.5.5. Os testes para o exame da imparcialidade .....  | 187        |
| 3.5.6. Conclusão .....   | 190        |
| 3.6. A <i>soft law</i> como parâmetro de interpretação das normas internas .....   | 191        |
| 3.7. Conclusão .....   | 200        |
| 3.8. A aparência de imparcialidade no ordenamento jurídico brasileiro.....   | 205        |
| 3.8.1. Análise da dogmática brasileira.....  | 205        |
| 3.8.2. Análise do Direito positivo.....  | 212        |
| 3.8.2.1. Código de Ética da Magistratura Nacional e Lei Orgânica da Magistratura Nacional.....   | 212        |
| 3.8.2.2. O Código de Processo Civil.....   | 215        |
| 3.8.3. Conclusão .....   | 236        |
| 3.9. A necessidade de construção jurisprudencial dos conceitos de “aparência de parcialidade”, “dúvida razoável” e “terceiro observador” .....   | 239        |
| 3.10. Iniciativas atuais que revelam essa tendência: a Resolução n. 305/2019, do CNJ, a Lei 13.964/2019, o julgamento do REsp n. 1.720.390/RS e o julgamento do HC n. 164.493/PR ..... | 241        |
| <b>4. CONCLUSÃO.....</b>   | <b>251</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>259</b> |